

Mulheres moçambicanas e do mundo não têm escolhas em todos os aspectos de suas vidas

Emildo Sambo, 14 Dezembro 2018



Uma em cada quatro mulheres nos países em desenvolvimento, particularmente em Moçambique, deseja evitar a gravidez ou adiá-la, por pelo menos dois anos, para aumentar o espaçamento entre os filhos, mas, infelizmente, não tem acesso a métodos modernos de planeamento familiar, sobretudo no norte do país, salienta um relatório do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), sobre “O Poder de Escolha: Direitos Humanos e a Transição Demográfica”, lançado esta quinta-feira (13), em Maputo.

Socorrendo-se dos dados do Ministério da Saúde (MISAU), a representante do FNUAP, Andrea Wojnar, disse que em Moçambique 20% das mulheres urbanas não têm acesso ao planeamento familiar, pese embora tenham essa vontade. Esta percentagem aumenta para 24% nas áreas rurais. No norte, a taxa é ainda mais levada, 30%.

Consequentemente, no país existem anualmente 143 mil gravidezes indesejadas, porque “as mulheres não têm escolhas reais de contraceptivos. Todos os dias, 15 mulheres morrem durante a gravidez ou o parto” por falta de cuidados de saúde.

Adicionalmente, dezenas de milhares de raparigas são forçadas a casar e a ter filhos ainda na puberdade. “Elas não têm escolhas sobre quase todos os aspectos de suas vidas”, disse a representante daquele organismo.

Falando no lançamento do relatório que retrata a “Situação da População Mundial 2018”, Andrea Wojnar considerou que a escolha – “posse de meios para tomar as próprias decisões” – ainda é uma utopia para “todas as pessoas” de vários cantos do planeta, o que se reflecte nas taxas de fertilidade muitos diferentes no mundo.

Por exemplo, nas nações da África Subsaariana, uma mulher tem quatro ou mais filhos e em Moçambique tem mais de cinco filhos, contra menos de dois nos países mais desenvolvidos.

Porém, independentemente de a taxa de fecundidade ser alta ou baixa, os desafios prevalecem nas economias e perspectivas para o futuro, quer dos países em progresso, quer dos países desenvolvidos, disse a representante do FNUAP.

Segundo ela, “os países com altas taxas de fecundidade podem enfrentar dificuldades em fornecer educação e assistência médica para a população em rápido crescimento”, enquanto onde há baixa fertilidade os esforços para manter a força de trabalho suficiente com vista a alimentar a economia podem ser maiores.

A fonte terminou apelando para que se “aumente os direitos de escolhas” e haja cuidados infantis mais acessíveis para a maioria das mulheres, mormente em países em vias de progresso, para permitir que as “mulheres expandam as sua famílias sem desistir das suas carreiras.”

Para a vice-ministra da Juventude e Desportos, Ana Flávia Azinheira, nas últimas duas décadas, Moçambique cresceu significativamente, mas esse avanço não se reflecte muito na qualidade de vida da população, especialmente nas mulheres e nos jovens.

A governante disse que 46% da população enfrenta desafios de vária ordem, em particular no que diz respeito ao acesso à saúde e à educação, sendo as mulheres, as raparigas e os jovens os rostos mais notório dessa situação. Por isso, é necessário, de acordo com Ana Flávia Azinheira, que o Governo encontre políticas e programas de desenvolvimento que incluam as expectativas dessa classe e indique soluções para os problemas que enfrenta.

<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/67580-mulheres-mocambicanas-e-do-mundo-nao-tem-escolhas-em-todos-os-aspectos-de-suas-vidas->

